

**“MEU CORPO, MINHAS REGRAS”:
SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NA ESCOLA
"MY BODY MY RULES":
REPRODUCTIVE AND SEXUAL HEALTH AT SCHOOL**

Recebimento: 01 2020

Aceite: 08 2020

Larayne Gallo Farias Oliveira
Alana Paula Souza Santos

Resumo: A vida sexual tem tido início precoce, aumentando o número de gravidez entre as adolescentes, quase sempre inesperada, o que pode estar relacionado à desinformação sobre o uso dos métodos anticoncepcionais. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que apresenta as etapas de elaboração, desenvolvimento e realização de uma oficina, em uma escola municipal, com 44 adolescentes, do sexo feminino, com faixa etária entre 12 e 16 anos. Teve como objetivos descrever a realização de uma oficina sobre saúde sexual e reprodutiva na escola, na cidade de Coaraci-BA, e apresentar as reflexões levantadas com as adolescentes sobre o momento de decisão da constituição familiar. Foi possível identificar que as adolescentes demonstram timidez e estranheza ao tema sexualidade; temor e preocupação diante das repercussões da prática de relações sexuais de forma insegura; ausência de conhecimento sobre os assuntos tratados; medo e insegurança de tratar sobre o assunto no ambiente escolar; preocupação e dúvidas quando o assunto são as relações de gênero e constituição familiar. A oficina demonstrou a necessidade de abrangência sobre o tema, de abrir espaços, para que o adolescente sinta-se confortável em falar, empregar e estimular a autonomia, evidenciando a necessidade de investimento em atividades direcionadas a este público.

Palavras-chave: Saúde sexual e reprodutiva. Serviços de saúde escolar. Adolescente.

Abstract: Sexual life has started early, increasing the number of pregnancies among adolescents, almost always unexpected, may be related to the lack of information about the use of contraceptive methods. This is a descriptive study, of the experience report type, which presents the stages of elaboration, development and realization of a workshop, in a municipal school, with 44 adolescents, of the female sex, with ages

between 12 to 16 years. It aimed to describe the realization of a workshop on sexual and reproductive health at the School, in the city of Coaraci-BA, and to present the reflections raised with the adolescents on the moment of decision of the family constitution. It was possible to obtain that the adolescents show shyness and strangeness to the sexuality theme; fear and concern at the repercussions of practicing sexual relations in an unsafe manner; lack of knowledge about the subjects covered; fear and insecurity of dealing with the subject in the school environment; concern and doubts when it comes to gender relations and family constitution. The workshop demonstrated the need for comprehensiveness on the topic, to open spaces, so that the adolescent feels comfortable talking, employing and stimulating autonomy, highlighting the need for investment in activities aimed at this audience.

Keywords: Sexual and reproductive health. School health services. Teenager.

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVO

A adolescência é uma fase de transição da infância para a vida adulta marcada por muitas mudanças, novidades e questionamentos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) os limites cronológicos da adolescência são definidos entre 10 e 19 anos, enquanto que no Brasil a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquele que se insere na faixa etária de 12 a 18 anos de idade, podendo ser estendida até 21 anos para casos expressos em lei (BRASIL, 1990).

Nesta fase o adolescente começa a questionar os princípios da sociedade, da religião, da política, da família, e da sexualidade, este é o período da vida em que ocorrem as transformações mais aparentes no corpo, conhecido como puberdade, o momento das descobertas sexuais em razão das alterações hormonais. E devido a essas características de maturação hormonal e intelectual, se faz de extrema importância muito diálogo no convívio familiar, e a escola tem um importante significado social, pois esta é uma das primeiras instituições, juntamente com a família, a manter contato com o jovem, logo, desempenha um importante papel no sentido de orientação e educação (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2018).

Diversos fatores contribuem para a gestação na adolescência, entretanto, a desinformação sobre sexualidade e sobre direitos sexuais e reprodutivos é o principal motivo. Questões emocionais, psicossociais e contextuais também contribuem, inclusive para a falta de acesso à proteção social e ao sistema de saúde, incluindo o uso inadequado de contraceptivos, como métodos de barreira e preservativos (BRASIL, 2017).

Por meio da Lei nº 13.798/2019 (BRASIL, 2019), sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, foi instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, com foco e atenção a esse importante tema, pois considerando que anualmente cerca de 18% dos brasileiros nascidos são filhos de mães adolescentes, isso representa 400 mil casos por ano.

Segundo o relatório *Accelerating progress toward the reduction of adolescent pregnancy in Latin America and the Caribbean*, produzido pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) (2016), no mundo, por ano, são aproximadamente 16 milhões de adolescentes de 15 a 19 anos; e 2 milhões de adolescentes menores de 15 anos. Ainda segundo este relatório, muitas meninas e adolescentes precisam abandonar a escola devido à gravidez, o que tem um impacto de longo prazo nas oportunidades de completar sua educação e se incorporar no mercado de trabalho. Como resultado as mães adolescentes estão expostas a situações de maior vulnerabilidade e a reproduzir padrões de pobreza e exclusão social.

Taquette (2013) define Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) como o estado de completo bem-estar físico, mental e social em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo, e não a simples ausência de doença ou enfermidade. É a habilidade de mulheres e homens para desfrutar e expressar sua sexualidade sem risco de doenças sexualmente transmissíveis, gestações inesperadas, coerção, violência e discriminação.

Adolescentes e jovens, sujeitos de direitos, constituem um grupo populacional que exige novos modos de produzir saúde, inclusive a saúde sexual e a saúde reprodutiva. A Saúde é setor privilegiado para a promoção e garantia dos direitos humanos dos(as) adolescentes. A partir das ações de produção da saúde pode-se intervir de forma satisfatória na implementação de um elenco de direitos, que envolve educação sexual, anticoncepção/direitos reprodutivos, atendimento ginecológico, prevenção e tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e acompanhamento da gravidez, parto e puerpério (BRASIL, 2016).

É um direito do ser humano o exercício da sexualidade, e ao optarem por exercê-la, as pessoas devem ser conscientizadas das implicações de uma gravidez não planejada, sendo esta uma situação a qual não envolve somente a capacidade física e financeira para exercê-la; mas, sim, o momento de autoavaliação, considerando o encaixe da função mãe e pai dentro do projeto de vida de cada um, dada a necessidade que se ofereça espaço para que o adolescente possa expor suas dúvidas.

O diálogo aberto sobre sexualidade no seu contexto mais amplo, seja no lar, na escola, nas instituições de saúde, pode contribuir significativamente para a diminuição da ansiedade dos jovens em relação à descoberta da sexualidade, adiando, muitas vezes, o início de suas atividades sexuais (MOURA; GOMES, 2014).

A Lei 9.394/1996, que trata das Diretrizes e Bases de Educação, estabelece como princípios o respeito à liberdade, o apreço à tolerância e a vinculação entre educação e práticas sociais. Por meio desta a orientação sexual entra nos Parâmetros Curriculares

Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), como tema transversal, dividido em três eixos: corpo humano: matriz da sexualidade, abordando questões relacionadas ao organismo, ao corpo e a assuntos relacionados e integrados a este, tais como: sentimentos, sensações, dimensões psicológicas, biológicas e sociais; relações de gênero, trazendo discussões sobre sexo e gênero, construção das identidades masculina e feminina; e prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (IST/Aids), informando a importância de se sensibilizar os/as jovens sobre os diversos tipos de IST e, principalmente, da Aids e dos seus mecanismos de prevenção (BRASIL, 1996).

Segundo Altmann (2003) a proposta dos Planos Curriculares Nacionais é trabalhar o conteúdo de orientação sexual em todos os ciclos de escolarização e não como conteúdo de uma disciplina. Entretanto, é comum os alunos terem contato com o tema apenas em uma disciplina e às vezes uma ou duas vezes na vida, sendo os principais entraves para se trabalhar esse tema a ausência de formação específica, falta de condições para realização de trabalhos interdisciplinares, desencontros entre professores que precisam trabalhar em diversos locais, falta de estrutura e de material, desinteresse, medo de falar sobre o assunto, entre outros.

Qual a idade certa para engravidar? Quantos filhos ter? Qual será o intervalo entre eles? Ter ou não filhos? São alguns dos questionamentos que muitos adolescentes enfrentam e nem sempre encontram meios seguros para tais respostas, sendo por estas premissas a importância da equipe de saúde trabalhar junto a escola, esclarecendo dúvidas como estas e norteando este público da melhor maneira possível (MOURA; GOMES, 2014).

A informação vinda de um profissional de saúde torna menor o risco de um uso incorreto ou não uso de um método anticoncepcional e uma consequente gravidez inesperada, sendo assim por meio do Decreto Presidencial nº 6.286/2007 foi instituído o Programa Saúde na Escola (PSE), que visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, na perspectiva da atenção integral (prevenção, promoção, atenção e formação) à saúde de crianças, adolescentes, jovens e adultos do ensino público.

O programa vem contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em programas e projetos que articulem saúde e educação, para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Dentre as ações e estratégias abordadas pelo programa se faz presente o tema de Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), que abrange a educação para a saúde sexual, reprodutiva e prevenção das IST/AIDS (BRASIL, 2011).

Segundo Ataliba e Mourão (2018), a adoção da sexualidade como tema transversal adotado nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – para o Ensino Médio é uma tentativa de tratar a temática de forma educativa e com a necessária disponibilização de informações. Nesse contexto os professores necessitariam de um saber específico para abordar a temática da sexualidade e conhecer os métodos que facilitem seu trabalho.

A partir desta premissa o Manual Passo a Passo PSE, elaborado em conjunto pelos Ministérios da Educação e da Saúde (BRASIL, 2011), aponta meios de tratar a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos; e de fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar, trazendo a união entre educadores e profissionais de saúde. Como parte das atividades do Programa, as equipes de saúde da família realizam visitas periódicas às escolas participantes para avaliar as condições de saúde dos educandos e para proporcionar o atendimento à saúde ao longo do ano letivo (ATALIBA; MOURÃO, 2018).

Para Vieira (2013) um planejamento reprodutivo bem realizado e direcionado para esta faixa etária pode significar uma diminuição de uma gravidez inesperada e de suas graves consequências, como os casos de abortamentos, mortalidade materna infantil, reincidência de gravidez não planejada, condições socioeconômicas cada vez mais precárias, dentre outros.

O objetivo deste estudo foi descrever a realização de uma oficina sobre Saúde sexual e reprodutiva na escola, em uma escola de ensino fundamental, na cidade de Coaraci-BA, assim como apresentar as reflexões levantadas com as adolescentes sobre o momento de decisão da constituição familiar. Por conseguinte, o projeto aqui apresentado possui relevância social e acadêmica/profissionais e científica, haja vista que esse tipo de abordagem pode contribuir para esclarecimentos acerca da importância da saúde sexual e reprodutiva, sendo instrumentos a serem difundidos como prática de promoção da saúde.

2 METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que apresenta as etapas de elaboração, desenvolvimento e realização de uma oficina realizada na cidade de Coaraci-BA, em uma escola municipal, com 44 adolescentes, do sexo feminino, com faixa etária entre 12 e 16 anos. Esses sujeitos foram selecionados porque esta escola em especial apresentou muitos casos de gravidez e abortos. Apesar de saúde sexual e reprodutiva ser igualmente importante ao sexo feminino e masculino, a amostra foi limitada às adolescentes do sexo feminino visando que a reprodução se processa no corpo da mulher e que conhecer os seus direitos sobre reprodução a torna autônoma para a tomada de decisões sobre situações as quais seu corpo será o campo do processo. A faixa etária foi limitada entre 12 e 16 anos por estarem entre as mais predominantes na escola, e não exceder a capacidade máxima da sala de reuniões (60 lugares).

Dyniewicz (2007) descreve que as narrativas de experiência profissional e os relatos de experiência buscam construir conhecimentos vindos do cotidiano, alicerçados em bibliografias que as referendam.

Na realização da oficina, foi utilizado o método ativo de ensino aprendizagem, através do modelo espiral construtivista, que, de acordo com Lima (2017), consiste em focar a aprendizagem baseada em problemas, a metodologia da problematização, o método científico e o uso de narrativas, simulações ou atuações em cenários reais de prática.

A exploração da espiral construtivista (Lima, 2017) foi utilizada na atividade de acordo com os movimentos:

1. identificando problemas: com o direcionamento das responsáveis, foi realizada a divisão do grupo em 4 pequenos grupos, a escolha das participantes onde elas foram elencando dúvidas sobre as questões de saúde e sexualidade;
2. formulando explicações: os grupos foram discutindo possíveis elos de associação das dúvidas com o dia a dia delas, que foram colocando em um cartaz;
3. elaborando questões: foram unidos os grupos, formando dois grandes grupos, em que as adolescentes foram instruídas a dialogar sobre suas vivências, incertezas, angústias, e a apresentarem o cartaz para o seu grupo;
4. construindo novos significados: as facilitadoras foram traçando conteúdo técnico científico sobre a temática de acordo com os levantamentos realizados;
5. avaliando processo e produtos: a partir deste momento foi possível a fixação do conteúdo através de ilustrações apresentadas via cartazes.

A intencionalidade educacional no emprego da espiral construtivista é especificada pela natureza dos disparadores de aprendizagem utilizados e pelo sentido transformador da realidade derivado da postura crítica e reflexiva na interação entre “sujeito” e “objeto”.

Este estudo, por se tratar de um relato de experiência, não tramitou em Comitê de Ética e Pesquisa mas foi respaldado pelos princípios éticos das profissões dos autores e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Anterior à oficina, em 12 de setembro de 2018, as organizadoras contataram a escola referida, através de visita técnica, quando sugeriram à diretora que fosse realizada em um momento que a mesma fosse confortável para a programação da escola. Esta demonstrou bastante interesse na proposta, haja vista que haviam algumas adolescentes que iniciaram a vida sexual precocemente, que já estavam gestantes, e outras com relatos de abortos clandestinos.

A escola, junto com a coordenação pedagógica, preparou um momento em que pudesse ser feita a separação dos sexos para esta atividade. Foi realizado um levantamento das prováveis participantes que se incluíam na proposta, ou seja, teriam o sexo feminino e com faixa etária entre 12 e 16 anos, sendo levantado um total de 61 adolescentes, mas no dia da realização da oficina estiverem presentes 44 adolescentes. Esta redução do volume total de participantes pode ser justificada pelas condições climáticas no dia da oficina, pois algumas áreas na cidade ficam com difícil acesso em tempos chuvosos.

Como tratou-se de um evento com adolescentes e a temática abordada envolvia questões pessoais, crenças, tradições familiares e de significado moral, foi estabelecido com a direção da escola que não haveriam registros de imagens fotográficas para poder manter inviolável a privacidade e preservação da intimidade, honra e imagem das participantes.

Foi preparada uma sala, onde as atividades pudessem ser realizadas, sem qualquer interrupção de outros, e em outro ambiente, estavam profissionais liberais, que foram convidados pelas participantes, para realização da última fase da oficina. Estes profissionais estiverem em outro ambiente para garantir às participantes total sigilo e privacidade no momento das reflexões.

No dia da oficina, 27 de setembro de 2018, as adolescentes foram adentrando ao ambiente preparado com muita timidez e risos após perceberem sobre uma bancada peças anatômicas e próteses penianas, vaginais, mamárias e métodos contraceptivos. O que demonstra que a sexualidade ainda é tratada com certo tabu e receio pela família.

A questão do tabu relacionada aos familiares é bem explicitada por Bié et. al (2006), que apontam que a falta de informação e o despreparo dos pais de adolescentes é um fator fundamental para a insegurança ou o desconhecimento de atitudes saudáveis para lidar com os filhos sobre essas questões, mantendo de forma arcaica o assunto como um tabu entre pais e filhos. Inicialmente, foram apresentados dados estatísticos de Infecções Sexualmente Transmissíveis, morbimortalidade e o impacto da gravidez na adolescência para a educação, saúde e a economia no Brasil.

De forma empírica, com busca a alcançar o entendimento comum, foram apresentadas imagens e explicações sobre as manifestações das Infecções Sexualmente Transmissíveis nos órgãos sexuais e internos que foram apreciadas pelas participantes com bastante temor quando foram entendidas as repercussões de relações sexuais praticadas de forma insegura. Este tema foi evidenciado no estudo de Sousa Neto et.al (2012) como um dos mais perguntados durante a atividade, em que os adolescentes relataram a crença de que sexo oral e anal não transmitiam IST's e que foi perceptível a mudança de pensamento ao entender melhor como ocorre o desenvolvimento destas infecções.

Foi exposto pelas autoras o uso correto do preservativo masculino e feminino nos modelos anatômicos. Após este primeiro contato, foi iniciada a roda de conversa, onde cada participante pôde levantar questionamentos, incertezas e afirmações sobre a temática.

Foi oferecida a oportunidade de realização de perguntas por escrito, o que só veio a ser realizado por uma participante, que demonstrou a timidez e o medo em tratar de tal assunto, o que pode ser justificado também pela ausência de vínculo. Segundo Brandão e Heilborn (2006), o fato da escola pouco abordar o tema e, quando o faz, utiliza métodos pouco atrativos, torna este assunto ainda intimidador para os adolescentes, demonstrando a importância da abordagem do assunto para criar vínculos e confiança do público alvo. Posteriormente, foi iniciada uma reflexão sobre as relações de gênero, classe e, especialmente, da constituição familiar, seja ela de qual formação, e sobre a necessidade de amadurecimento pessoal, financeiro, e emocional envolvidos na experimentação da sexualidade na adolescência.

Foi possível notar que as adolescentes demonstram timidez e estranheza ao tema sexualidade; temor e preocupação diante das repercussões da prática de relações sexuais de forma insegura; ausência de conhecimento sobre os assuntos tratados; medo e insegurança de tratar sobre o assunto no ambiente escolar; preocupação e dúvidas quando o assunto são as relações de gênero e constituição familiar.

Evidenciou-se que muitas meninas iniciam sua atividade sexual precocemente, por influência de outras meninas ou dos parceiros, e que estas práticas não tem o consentimento dos pais ou responsáveis, muitas vezes eles só tomam conhecimento em situação de gravidez não desejada.

Por fim, foi realizada a distribuição de preservativos masculinos e femininos, e a oferta de serviços de maquiagem, pintura de unhas, corte e escova de cabelos, em parceria com profissionais liberais da comunidade. Com vistas ao empoderamento e consciência coletiva, foram estimuladas a se fortalecerem e desenvolverem a equidade de gênero através de palavras de motivação e encorajamento. No momento do encerramento, foi realizado um desfile com todas as participantes, onde todas receberam a mesma premiação, que tratou-se de um kit de maquiagem fornecido pelas organizadoras do evento.

O evento teve carga horária total de 5 horas com exposição teórica, e rodas de conversa a fim de detectar as dúvidas e reflexões das adolescentes quanto às questões de prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis, sua ligação com a morbimortalidade materno-infantil, e sobre a decisão de constituição familiar.

A programação desta ação conformou-se como uma ação científica e de cunho social. Nela foi possível o esclarecimento de informações relevantes ao público leigo, em questões de relevância em saúde pública, como gestação na adolescência, Infecções Sexualmente Transmissíveis, saúde reprodutiva e sexual, e equidade de gênero.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi plausível perceber um aumento no nível de informações dos adolescentes participantes, favorecendo assim, o incentivo e a adoção de práticas de comportamento preventivo.

Pode-se perceber também que o tabu sobre a discussão da temática em casa é muito frequente, o que acaba gerando uma prática descuidada e cercada de incertezas, o que foi demonstrado pela timidez e medo de discutir sobre o tema no grupo.

Vale ressaltar que a parceria Escola e Saúde, através de ações como o PSE, deve-se manter ativa durante todo o ano escolar para que estas adolescentes, assim como os meninos que não foram contemplados nesta oficina, possam estar cientes sobre questões referentes à sua sexualidade e o momento da constituição familiar, assim como de outras temáticas.

Desta forma espera-se contribuir com as adolescentes, com esclarecimentos acerca da importância da saúde sexual e reprodutiva, e que a partir destes conhecimentos, sejam difundidos instrumentos de prática de promoção à saúde. As intervenções que são feitas durante o programa de saúde sexual e reprodutiva nas Unidades de Saúde visam prevenir a gravidez na adolescência e não devem se restringir apenas a informações sobre os métodos contraceptivos, e sim trabalhar, junto com os adolescentes, os significados e as ansiedades que envolvem o processo de paquera, iniciação sexual e de vida sexual ativa, favorecendo que as práticas contraceptivas passem a ser percebidas como algo positivo e natural, assim como a vivência da própria sexualidade.

A oficina demonstrou sobretudo a necessidade de abrangência sobre o tema, de abrir espaços para que a adolescente sinta-se confortável em falar sobre o assunto, de empregar e estimular a autonomia das adolescentes, evidenciando a necessidade de se investir em atividades que se dedicam exclusivamente às dúvidas do público, proporcionando maior interesse destas em debater o tema.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2019.

ATALIBA, P.; MOURÃO, L. Avaliação de impacto do Programa Saúde nas Escolas. *Rev. Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo. v. 22, n. 1, p. 27-36, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v22n1/2175-3539-pee-22-01-27.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Proteger e cuidar da saúde dos adolescentes na atenção básica. 2. ed. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. –Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cuidando de Adolescentes: orientações básicas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidando_adolescentes_saude_sexual_reprodutiva.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9263.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Lei Nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019. Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13798.htm. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Passo a Passo PSE Programa Saúde na Escola Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Acesso em: 8 dez. 2019.

BRANDAO, E. R; HEILBORN, M. L. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1421-1430, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000700007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 dez. 2019.

DYNIEWICZ, A.M. Metodologia. In: AUTOR. Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2007. p. 105-28.

LIMA V.V. Constructivist spiral: an active learning methodology. Interface, Botucatu, v. 21, n. 61, p. 421-34, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2017.v21n61/421-434/pt>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MOURA, L. N. B; GOMES, K. R. O. Planejamento familiar: uso dos serviços de saúde por jovens com experiência de gravidez. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 3, p. 853-863, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.10902013>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SOUSA NETO, A. et al. Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde nas Escolas: Oficina sobre Sexualidade. Rev. Bras. de educação médica, local, v. 36, supl. 1, p. 86-91, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v36n1s1/v36n1s1a12.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Accelerating progress toward the reduction of adolescent pregnancy in Latin America and the Caribbean: Report of a technical consultation. Washington, D.C.: PAHO, 2016. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/34493/9789275119761-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y&ua=1>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Adolescência. Guia Prático de Atualização Prevenção da Gravidez na Adolescência. Rev. Adolesc. Saúde, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 86-94, 2018. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/publisher.gn1.com.br/adolescenciaesaude.com/pdf/v15s1a11.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TAQUETTE, S.R. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. Adolesc. Saude, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 72-77, abril/2013. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v10s1a09.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

VIEIRA, T. S. Planejamento Familiar para adolescentes: Potencialidades e limitações. C&D Revista Eletrônica da Fainor, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://srv02.fainor.com.br/revista/index.php/memorias/issue/view/10>. Acesso em: 10 dez. 2019.